

Dossiê: “Políticas públicas de desenvolvimento territorial na América Latina”

Eric Sabourin e Doris Sayago

O dossiê deste número é dedicado às “Políticas públicas de desenvolvimento territorial em América Latina”. Artigos sobre políticas públicas de desenvolvimento rural ou sobre desenvolvimento territorial e ambiental já foram publicados na revista SeD; no entanto, aqui as duas temáticas foram cruzadas.

Esse dossiê foi preparado pelos coordenadores de uma nova rede de pesquisa atuante em escala latinoamericana, a “Rede Políticas públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina”.

Um dos eixos de trabalho da rede tem a ver com a territorialização das políticas públicas e em particular com a emergência de programas de desenvolvimento territorial no continente latinoamericano, na prolongação de processos de descentralização de um lado e de retração do papel do Estado em matéria de desenvolvimento rural do outro.

Várias das políticas nacionais de desenvolvimento territorial implementadas recentemente na América Latina apresentam algumas características comuns que justificam uma reflexão específica:

- São políticas que propõem institucionalizar uma nova escala ou um novo nível de governança supra ou intermunicipal: a do território rural;
- São, paradoxalmente, políticas que emergem em ministérios setoriais (Agricultura, Desenvolvimento Agrário ou Rural) e que são geralmente dirigidas para um segmento específico do setor rural, o da agricultura familiar;
- E, finalmente, os programas de desenvolvimento territorial rural na América Latina estão associados a processos de participação da sociedade civil;

As diversas contribuições do dossiê dão a oportunidade de aprofundar essas características ou de interrogar a existência de outras semelhanças ou especificidades.

O artigo de Caniello, Piraux e Bastos trata da análise de resultados do sistema de acompanhamento e avaliação dos territórios rurais implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil no caso do território da Borborema (Paraíba). Os autores tentam explicar, com base na tabulação de uma bateria de indicadores, porque um território, cujos atores e instituições da sociedade civil apresentam um alto valor de capital social, obtém resultados pífios ou medíocres em termos de desempenho do programa e implantação de projetos.

Também sobre o caso do Brasil, Caldas e Moreira examinam a aplicação simultânea e paralela de um programa de Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional de desenvolvimento Territorial do MDA (PRONAT) na mesma região amazônica ao

norte do estado do Mato Grosso. Os autores analisam as tensões, mas também as semelhanças e complementariedades entre as duas políticas.

Luidgi Marchese, Daniel Conde e Marcus Polette examinam e avaliam também um programa de serviços de gestão territorial, mas de um território particular: trata-se do Sistema de Gestão Ambiental das praias de Montevideo. A análise propõe precisamente introduzir elementos participativos num programa que foi pensado de maneira vertical ou “*top-down*”.

Massardier e Sabourin propõem uma reflexão teórico-metodológica para compreender e estudar a disseminação das políticas de desenvolvimento territorial rural (DTR) na América Latina. Os autores constroem a hipótese de um modelo latinoamericano específico de políticas públicas de DTR, formado com base no “imbricamento” simultâneo de diversas modalidades de internacionalização das políticas públicas.

Na seção “Debate”, os coordenadores do dossiê confrontam observações e opiniões com Octavio Sotomayor, da Unidade de Desenvolvimento Agrícola da CEPAL, sobre as características dos programas de desenvolvimento territorial na América Latina. Sotomayor evoca, em particular, os fatores que explicam a emergência de programas de DTR no continente e formula críticas e perspectivas para o aprimoramento dessas políticas.

Finalmente, a seção “Entrevista” traz elementos de contribuição e de reflexão da Professora Tânia Bacelar, sobre a política territorial brasileira. Bacelar é economista da Universidade Federal de Pernambuco, estudiosa confirmada das dinâmicas territoriais, mas também especialista em políticas públicas, tendo atuado na direção da Secretaria de Planejamento do Governo de estado de Pernambuco, da SUDENE e como Secretária Nacional de Políticas Regionais pelo Ministério de Integração Nacional do Brasil.

